

A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DISCURSIVA: UMA TOMADA DE POSIÇÃO

Luiz Antônio Marcuschi
UFPE

1. Ponto de vista

O tema central desta mesa-redonda é o “*tratamento da articulação das orações*”. Pergunto-me como abordar a questão sob o ponto de vista da Linguística de Texto (LT) e da Análise da Conversação (AC), as duas áreas envolvidas no Grupo de Trabalho que aqui represento. Em primeiro lugar, parece necessário explicitar em que sentido podemos, nessas duas áreas, tomar a noção de *articulação*, pois não é claro o que se entende com isto. Não se trata, certamente, de ver como as orações se articulam internamente na relação de seus componentes morfossintáticos¹, nem se trata de ver como uma oração se articula a outra sob o ponto de vista das relações imediatas, sejam elas morfossintáticas ou semânticas (anáforas pronominais marcadas ou elipses com traços de superfície visíveis etc.). Contudo, creio que Maria Helena de Moura Neves está certa quando em sua exposição aqui apresentada aponta “para a necessidade de incursão em questões como proeminência significativa, distribuição de informação e tematicidade, na avaliação do comportamento das construções com orações articuladas”.

Não se pode negar, no entanto, que é do interesse tanto da LT como da AC observar relações de continuidade, intra- e inter-frasal ou entre tópicos, tais como as representadas pelas anáforas, tomando-se aqui *anáfora* num sentido amplo, abarcadas as elipses, as anáforas nominais, as nominalizações, as associações e todo tipo de anáforas indiretas. Ou então observar a articulação de segmentos textuais, de extensão variada, como lembra Ingedore Koch (1989; 1992; 1997), ao analisar orações, parágrafos, porções inteiras de texto, por exemplo, episódios, seqüências textuais, etc.), em termos da organização global do texto (nível macroestrutural ou global), que contribuem para a construção de sentidos. Estas análises são praticadas na LT e na AC em larga escala tanto na fala como na escrita e não se prendem a elementos estritamente formais.

Para uma visualização plástica da questão, tome-se qualquer jornal diário e olhe-se a primeira página. Ali aparecem vários textos, em geral breves, muitos enunciados soltos, algumas fotos legendadas que remetem a páginas internas do mesmo jornal, enunciados isolados com remissões a outros cadernos e assim por diante. Como chegamos a saber o que segue a que e como articulamos tudo isso lingüística e cognitivamente? No meu entender, é desse problema que a LT ou a AC devem dar conta quando analisam o problema da *articulação de orações*. Assim, neste caso tomo a expressão “*articulação de orações*” como um caso de “*articulação textual-discursiva*”, já que o problema não se acha no plano oracional.

Por esta delimitação do problema, sugere-se que não se deve observar apenas as relações imanentes ao código e suas extensões porque o texto (falado ou escrito) não surge, não

¹ Antes de provocar equívocos com a posição aqui defendida, ressalvo que não sou contra análises morfossintáticas, nem me recuso a fazê-las. Afirmo, apenas, que no caso específico em pauta não é este o caminho que a LT ou a AC tomam como oportunos para suas análises. Admito, no entanto que os demais colegas desta mesa façam esse tipo de análise porque este é o caminho esperado.

opera nem se esgota nesse nível. Trata-se de observar uma articulação mais ampla², realizada no conjunto dos elementos que resultam no processo de textualização, como lembrado acima. Pois a organização textual não pode ser vista, como se pensou em certa época, como uma “*seqüência de orações coesas e bem-formadas*”. Esta visão achava-se presa à idéia de que o texto seria uma espécie de oração estendida, o que é um equívoco, como observou Culioli ao dizer que, com o texto, temos algo *teoricamente novo*. Não se pode aplicar uma gramática de articulação de frases para um conjunto de frases seqüenciadas, como se esse conjunto articulado formasse um texto. A LT não é uma “*gramática do texto*”, nem é uma teoria da boa-formação textual com aplicação de alguns princípios gerais de articulação lingüística.

Um exemplo já clássico disso poderia ser o conto de Ricardo Ramos, que se constitui basicamente de uma seqüência de palavras ou de sintagmas ou de algumas orações curtas, atos de fala etc., mas nada seqüenciado por alguma relação imediata seja do ponto de vista dos constituintes lingüísticos ou do ponto de vista das relações contextuais. O modelo interpretativo vem de uma área muito mais ampla representada por nossas experiências subentendidas pelo autor do conto como existentes nos seus leitores. Assim, todo indivíduo com vivência urbana entende do que se trata. Contudo, haverá dificuldade no caso de indivíduos que não têm essas experiências: faltam-lhes pistas de acesso. Este é um problema bastante curioso, pois parece que as experiências entram de modo crucial na estrutura da língua. Vejamos parte desse conto analisado em Marcuschi (1983):

CIRCUITO FECHADO

Ricardo Ramos

Chinelos, vaso, descarga. Pia, sabonete. Água. Escova, creme dental, água, espuma, creme de barbear, pincel, espuma, gilete, água, cortina, sabonete, água fria, água quente toalha. Creme para cabelo, pente. Cueca, camisa, abotoaduras, calça, meias, sapatos, gravata, paletó. Carteira, níqueis, documentos, caneta, chaves, lenço relógio, maço de cigarros, caixa de fósforos. Jornal. (...)

Dentes, cabelos, um pouco do ouvido esquerdo e da visão. A memória intermediária, não a de muito longe nem a de ontem. Parentes, amigos, por morte, distância, desvio. Livros, de empréstimo, esquecimento e mudança. Mulheres também, com os seus temas. (...)

Muito prazer. Por favor, quer ver o meu saldo? Acho que sim. Que bom telefonar, foi ótimo, agora mesmo estava pensando em você. Puro, com gelo. Passe mais tarde, ainda não fiz, não está pronto. Amanhã eu ligo, e digo alguma coisa. Guarde o troco. Penso que sim. Este mês não, fica para o outro. (...)

Ter, haver. Uma sombra no chão, um seguro que se desvalorizou, uma gaiola de passarinhos. Uma cicatriz de operação na barriga e mais cinco invisíveis, que doem quando chove. Uma lâmpada de cabeceira, um cachorro vermelho, uma colcha e os seus retalhos. Um envelope com fotografias, não aquele álbum. (...)

Fonte: *Os Melhores Contos Brasileiros de 1973*. Porto Alegre, Editora Globo, 1974, pp.169-175

² Quando me refiro a uma articulação “mais ampla”, não tenho em mente segmentos maiores mas âmbitos de observação mais extensos, tais como os aspectos cognitivo, social, cultural e assim por diante.

Tudo indica que o tema “*articulação de orações*” poderia ser pelas LT e AC assim traduzido: *processamento textual*, ou então, *multi-articulação no processo de textualização*. Deixar-se-ia de lado a noção de *oração*, pois do ponto de vista textual esta não é uma unidade frutífera para a análise textual, já que um texto pode ser formado por um conjunto de elementos que sequer chegam a constituir orações, tal como um *catálogo telefônico* ou uma *lista de compras*, textos esses “*articulados*” (*processados*) pelos indivíduos ao aplicarem suas experiências sociais relevantes ao seu uso da língua, considerando, por exemplo, o gênero textual realizado. Quanto a isso, pode-se até observar que boa parte dos gêneros textuais mais utilizados no dia-a-dia não se constituem propriamente de orações. São eles formulários, listas, catálogos, publicidades, cheques, endereços e outros na mesma linha de construção. Temos uma competência muito bem desenvolvida para tratar esses textos como se estivessem completos com orações e seqüências prontas.

Definindo melhor este ponto de vista, podemos dizer que, na perspectiva da LT e da AC, não é frutífera a análise da *articulação de orações*, se com isto se entende uma relação de fenômenos formais, observados no interior do código lingüístico. O ponto de vista da LT e da AC estende-se para além do código, sem esquecê-lo, num processo de multi-articulação entre aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos de relevância para uma explicação de por que o lingüístico, em se apresentando como se apresenta, é inteligível por qualquer indivíduo que domine sua língua numa dada sociedade. Parece-me ser esta a idéia também de Moura Neves quando sugere que “há dois sistemas de regras envolvidos na organização gramatical das línguas naturais”, um de ordem morfossintática e outro de ordem pragmática.³

Assumindo a posição de Beaugrande (1997b:6) quanto à falência da proposta saussureana de observar a “língua em si mesma e por si mesma”, pode-se admitir que

“já se evidenciou claramente que uma lingüística que pretenda restringir-se exclusivamente à ‘língua’ e que só reconhece as restrições ‘puramente lingüísticas’, mais cedo ou mais tarde cairá, com respeito aos seus objetivos de descrever e explicar, numa correlação entre ganhos e perdas: quanto mais a lingüística separa a língua do conhecimento de mundo dos falantes e da sociedade na qual vivem, tanto menores serão os progressos significativos e relevantes atingidos na descrição e explicação— até mesmo na descrição e explicação de fatos ‘puramente lingüísticos’.

Seguramente, isto se acha na contra-mão das propostas do último Chomsky (2000), para quem tais posições não passariam de uma “*obscura*” especulação sem a menor serventia para o estudo científico da língua. Felizmente, isto não nos preocupa, já que temos outra noção de *ciência*.

2. Noção de texto

Com base na posição assumida e tendo em vista uma sugestão de trabalho, adoto aqui a noção de texto proposta por Beaugrande (1997a:10) em sua última obra, ou seja:

³ Esta é, notoriamente, a posição da maioria dos funcionalistas. Veja-se aqui o contexto em que Moura Neves nesta mesma mesa, explicita sua posição com clareza:

“o funcionalismo trouxe para a gramática questões desse tipo, por muitos consideradas à margem, a partir da consideração de que as expressões lingüísticas devem ser descritas e explicadas dentro de um quadro geral fornecido pelo sistema pragmático da interação verbal (Dik, 1989a), já que há dois sistemas de regras envolvidos na organização gramatical das línguas naturais: as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e as regras que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões lingüísticas são usadas (regras pragmáticas), sendo o primeiro desses sistemas instrumental em relação ao segundo”.

*“É essencial ver-se o **texto** como um **evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais**, e não apenas a seqüência de palavras que são faladas ou escritas.”* (grifos do autor)

Neste caso, o texto é visto como um **evento** e não como uma estrutura ou um artefato. Trata-se de algo dinâmico e processual em que essencial é o fato de o texto ser um “*sistema de conexões entre vários elementos*”, que o torna um “*multi-sistema abrangendo múltiplos sistemas interativos*” (Beaugrande, p. 11, grifo do autor). Assim, observadas, as articulações entre as orações não se regulam apenas por restrições de um *sistema virtual* (a *langue* saussuriana ou a *competência* chomskyana), mas por restrições “*emergentes*” que lhe são postas por condições tanto lingüísticas como sociais e cognitivas supervenientes no processo comunicativo.

Ainda na visão de Beaugrande (1997a:12), isto permite que se revise a noção dita “científica” de língua, levando-nos a:

“(1) reintegrar a linguagem com cognição e sociedade; (2) reconhecer sua contínua evolução; (3) dar conta das versões variantes da língua entre situações diferentes e diferentes falantes e (4) reconsiderar o equilíbrio entre a liberdade do usuário da língua versus as convenções da comunidade lingüística.”

Esta é uma forma de admitir, segundo Beaugrande (1997a:12), que “a língua é mantida pelas práticas discursivas”, evitando-se com assim a maioria das dicotomias do tipo “*social x individual*”, “*ordem x caos*”, “*sistema x uso*” entre outras, como se um lado estivesse sempre o emergente e pouco relevante para o sistema e, do outro, o estável e relevante para a língua. Mas o fato é que emergência e estabilidade nos usos lingüísticos estão sempre numa relação de interdependência, articulando forma e função.

Admitindo, portanto, que o texto não é uma simples seqüência de palavras ou orações escritas ou faladas, mas um *evento*, podemos frisar as seguintes implicações diretas desta posição:

1. o texto é um **sistema de conexões entre vários elementos**, tais como: sons, palavras, enunciados, significações, participantes, contextos, discursos, ações;
2. o texto é construído numa orientação de **multi-sistemas**, envolvendo aspectos lingüísticos e não lingüísticos no seu processamento;
3. o texto é um **evento interativo** e não se dá como um simples artefato, sendo sempre um processo e uma co-produção;
4. o texto compõe-se de **elementos que são multifuncionais** sob vários aspectos, tais como: um elemento é um som, uma palavra, uma significação, uma instrução etc. e deve ser processado com esta multi-funcionalidade.

Na operação com a língua, lidamos mais do que com um simples uso de regras, sejam elas de seqüenciação ou outras quaisquer. O que está aqui em ação é um conjunto de sistemas ou sub-sistemas que permite as pessoas interagirem por escrito ou oralmente, escolhendo e especificando sentidos mediante a linguagem que usam.

4. Linearidade lingüística e processo de textualização

Como frisei há pouco, a motivação inicial da LT nos anos 70 foi a certeza de que as teorias lingüísticas tradicionais não davam conta de alguns fenômenos lingüísticos que apareciam no texto, na medida em que se situavam no âmbito da frase. Esses fenômenos eram resumidos numa expressão quase mágica: **relações interfrásticas**. Constatava-se que certas propriedades lingüísticas de uma frase só eram explicáveis na sua relação com uma outra frase, o que exigia uma teoria que fosse além da **lingüística de frase**, que não mudava o princípio, mas abrangência: o texto seria algo assim como uma frase estendida. Assim se

explicariam a *anáfora*, as propriedades textuais dos *artigos*, o problema das *elipses* e as *repetições*, entre outros. O princípio básico e quase que exclusivo era o da *coesão textual* vista na superfície do texto, preservando o princípio básico da *linearização*.

Portanto, se no início o argumento era a necessidade de desenvolver uma *gramática transfrástica* fundada nessa noção de coesividade, hoje o argumento é outro, tendo em vista a nova noção de texto. Já no final dos anos 70, a palavra de ordem não é mais a *gramática de texto*, mas a noção de *textualidade*, tal como definida por Dressler (1973) e, posteriormente, Beaugrande (1980) e Beaugrande & Dressler (1981), com os 7 princípios gerais da textualidade: *coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade*. Observe-se que hoje, para Beaugrande (1997a:53), estes princípios nomeiam apenas as “*mais importantes formas de conectividade*”, mas eles não são “*fatores lingüísticos do texto-artefato, nem as fronteiras entre ‘textos e não-textos’*” (grifos do autor). O que determina um texto não é a observância desses princípios como se eles fossem constitutivos da textualidade, mas sim a possibilidade de usá-los como formas de acesso à textualização.

Explicitando essa posição teórica, assim se expressa Beaugrande (1997a:61):

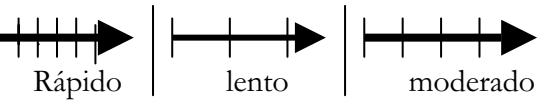
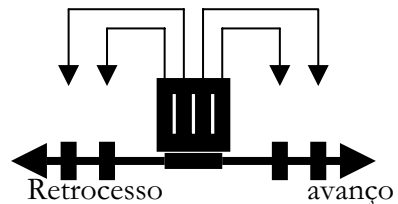
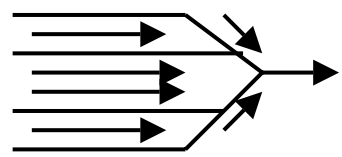
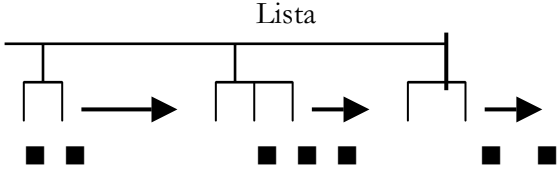
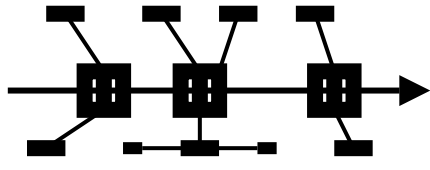
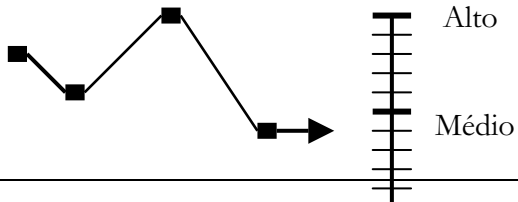
“Este enfoque desviou-se do ‘texto-artefato’ como uma unidade formal ou padrão para os princípios da textualidade que se aplicam quando um artefato é tratado como texto. Propusemos que a textualidade não é simplesmente uma propriedade lingüística ou traço ou um conjunto deles, mas um modo múltiplo de conexão ativado toda vez que ocorrem eventos comunicativos. Estávamos impelidos a restaurar a conexão social do texto com o contexto e dos produtores e receptores de texto com a sociedade, formalmente eclipsados por nosso foco convencional no autor e texto individual.”

A guinada do estágio da gramática textual para o estágio da textualidade, levou a LT a enfatizar não mais a aspectos *locais* do texto enquanto unidade *formal*, mas aspectos *globais* enquanto unidade *funcional* (Beaugrande, 1997a:61). Tratava-se de voltar-se para a análise do processamento textual, o que teria como conseqüência, conceber o texto mais como processo e menos como produto, mais como atividade e menos como unidade. A observação se dava no “tempo real”, ou seja, no tempo da interação comunicativa e do processamento cognitivo. Isto permitia, no dizer de Beaugrande (1997a:62), a superação da dicotomia *teoria versus prática*, ou a dicotomia entre o *sistema virtual* (“a língua em si e por si”, na visão saussureana) e o *sistema real* (a língua em uso em contextos comunicativos). Assim, para Beaugrande, “*hoje, a lingüística de texto é provavelmente melhor definida como o subdomínio lingüístico numa ciência transdisciplinar do texto e do discurso,*” e não como descrição e explicação formal do texto enquanto artefato lingüístico apenas.

Hoje, três décadas depois, podemos dizer que essas mudanças correspondem, tal como ocorreu em boa parte dos demais ramos da lingüística, a uma passagem da noção de *estrutura* (com toda sua visão binarista e dicotômica da realidade e dos fenômenos) para a noção da *função* (em que a criatividade, a cognição, os objetivos, o processamento e outros aspectos desse tipo são considerados). As motivações da LT não se acham mais na necessidade de uma **Gramática Transfrástica**, mas sim numa nova visão do próprio funcionamento da língua e seu relacionamento com as práticas sociais. A rigor, uma LT bem fundamentada conduziria a uma nova concepção de Lingüística, tal como lembrado por Beaugrande quando diz:

“(...) a guinada para a lingüística de texto e a análise do discurso foi motivada não precisamente pela busca por novos domínios mas pelo recesso a um problema básico na lingüística desde seus primórdios: como o ‘sistema virtual’ da língua (‘langue’) relaciona-se e equilibra-se com o ‘sistema real’ de uso da língua em textos e no discurso (‘parole’).”

Seguramente, um modelo “pós-clássico”, como o funcionalista, é mais difícil de ser justificado, mas mais produtivo e esclarecedor. Por outro lado, na produção textual não podemos fugir de um fato óbvio: a **linearidade**. Produzimos uma palavra após a outra em seqüências ordenadas e não aleatórias; ligamos os elementos sob certas condições e seqüenciamos frases. A questão é **como** isto acontece, pois, mesmo produzindo um texto linearmente em sua materialidade, não realizamos uma só ação por vez no processo de textualização, mas **múltiplas** ações: algumas locais e outras globais. A linearidade não é a única coisa que conta nem se acha garantida pela simples seqüenciação. Ela é o aspecto mais visível, mas, na textualização, é múltipla e integrativa. Segundo Beaugrande (1997a:152-153), língua e discurso são sistemas complexos em operação no tempo real, podendo-se identificar estes sete princípios gerais que comandam os processos dessa complexa linearização na textualização.

PRINCÍPIOS DE LINEARIZAÇÃO	REPRESENTAÇÃO
1. princípio de andamento (pacing principle) : se dá na seqüência temporal e no tempo real (<i>on-line</i>) (rápido, lento, moderado)	
2. princípio de retrospectividade (look-back principle) : um tipo de retrocesso que permite acesso a partes ou textos anteriores	
3. princípio de prospectividade (look-ahead principle) : um tipo de avanço que permite o acesso a partes ou textos na prospectiva	
4. princípio de fusão/escolha de alternativas (merging principle) : seleciona um conjunto entre várias opções possíveis ou combina um conjunto numa opção	
5. princípio de listagem (listing principle) : guia a justaposição de itens comparáveis numa seqüência	
6. princípio de nucleação (the cord-and-core principle) : distingue entre aspectos centrais e periféricos, eliminando os elementos acessórios e mantendo os essenciais	
7. princípio de carregamento (loading principle) : regula os graus dos focos, a ênfase ou saliências que conduzem os recursos de processamento	

	Baixo
--	-------

Fonte: R. de Beaugrande, 1997a, p. 153

Esses princípios de linearização não são simétricos aos princípios controladores da textualização.

- O mais evidente deles e mais acessível o tempo todo é o princípio de **andamento**, ou seja, ele se apresenta, na fala, nas pausas, indica a fluência, realiza-se no tempo real. Opera como regulador da entoação e pode evidenciar momentos de ênfase ou topicalização, sendo que neste caso ele atua em conjunto com outros princípios como o de **prospectividade** ou de **retrospectividade**.
- Os princípios de **prospectividade** e **retrospectividade** levam a retomadas ou pré-ativação de elementos futuros. As anáforas, as elipses, parafraseamentos, paralelismos, por exemplo, são controlados por estes dois princípios. Reinícios, correções e repetições são comandados por estes princípios.
- O princípio de **fusão** ou de **escolha de alternativas** permite a realização de resumos eventuais, proposições gerais, retomadas compactas e revisões. Também é uma forma de produzir trocadilhos intencionais, ambigüidades pretendidas ou não e fazer surgir daí dulos sentidos.
- O princípio de **listagem** enumera elementos, hierarquiza-os ou sequencia opções recorrentes ou paralelas. Em geral, as listagens não vão além de três elementos, mas podem suceder-se séries de três em três.
- O princípio de **nucleação** opera como um centro de controle, decidindo quais os elementos centrais de um enunciado que o comandam, a partir, por exemplo, da posição de sujeito na sua composição com o verbo.
- O princípio de **carregamento** regula emoções, ênfases, e pode ser representado na escrita por estratégias tipográficas tais como maiúsculas, letras divergentes, ou então negrito, sublinhado etc. Serve também para organizar relações de poder ou de peso entre os elementos do discurso.

Assim concebidos, estes princípios de linearização pouco têm a ver com a linearização tal como tratada, por exemplo, no gerativismo, que opera com conceitos espaciais como “direita”, “esquerda”, “alçamento”, “subjacência” etc. como se a língua se desse numa prancheta em que se poderia desenhar unidimensionalmente os fatos da língua. A rigor, trata-se de uma maneira de observar os processos de textualização como um movimento multidimensional e simultaneamente variado. Com isto a **“articulação”** entre os elementos textuais se dá em diversas direções simultaneamente, seja no ato de produção ou de recepção textual, tanto na oralidade como na escrita.

Trata-se de um modelo interativo e integrativo de processamento. Em consequência, tal como afirma Beaugrande (1997a:160),

*“o discurso pode ser modelizado como um **multi-sistema dinâmico** compreendendo vários **domínios de processamento** definidos não por suas unidades lingüísticas formais, mas por suas contribuições para a produção e recepção de textos e discursos. Esses domínios interagem e intercambiam condições, coordenando o bottom-up com o top-down, o local com o global. O*

discurso não é sustentado pelo sistema total da língua, com um delineamento enrijecido, mas com uma versão parcial com um delineamento evolutivo para fundir condições estáveis com condições emergentes e condições linguísticas com condições sociais e cognitivas.”

Pensando os sete princípios da textualidade vistos anteriormente como **princípios de acesso** e, agora, observando estes outros sete princípios gerais da linearização como **princípios de um multiprocessamento**, pode-se afirmar que a *articulação das orações* não se põe como uma questão nem teórica nem empírica para a produção textual. Ela estaria diluída ao longo dos vários níveis propostos.

O exemplo a seguir, raído de um conto de Fernando Sabino, dá uma idéia desse processamento que mistura tempos, situações, não determina o falante, deixa por conta do leitor a identificação das seqüências, dos interlocutores etc. Contudo, não deixa de ser inteligível a partir de um investimento crucial de experiência individuais e coletivas ao lado das formas linguísticas que foram selecionadas de modo adequado, o que indica que a seleção lexical seja talvez mais importante que a organização gramatical, como sugere o próprio Chomsky (2000) em seu último trabalho, no que tem razão.

Menino

Fernando Sabino

MENINO, venha pra dentro, olhe o sereno! Vá lavar essa mão. Já escovou os dentes? Tome a benção a seu pai. Já pra cama!

Onde é que aprendeu isso, menino? coisa mais feia. Tome modos. Hoje você fica sem sobremesa. Onde é que você estava? Agora chega, menino, tenha santa paciência.

De quem você gosta mais, do papai ou da mamãe? Isso, assim que eu gosto: menino educado, obediente. Está vendo? É só a gente falar. Desça daí, menino! Me prega cada susto... Pare com isso! Jogue isso fora. Uma boa surra dava jeito nisso. Que é que você andou arrajando? Quem lhe ensinou esses modos? Passe pra dentro. Isso não é gente para ficar andando com você.

Avise seu pai que o jantar está na mesa. Você prometeu, tem que cumprir. Que é que você vai ser quando crescer? Não, chega; você repetiu duas vezes. Por que você está quieto aí? Alguma você está tramando... Não ande descalço, já disse! Vá calçar o sapato. Já tomou o remédio? Tem de comer tudo: você acaba virando um palito. Quantas vezes já lhe disse para não mexer aqui.

/.../

Quando você for grande, você também vai poder. Já disse que não, e não, e não e não! Ah, é assim? Pois você vai ver só quando seu pai chegar. Não fale de boca cheia. Junte a comida no meio do prato. Por causa disso é preciso gritar? Seja homem. Você ainda é muito pequeno para saber dessas coisas. Mamãe tem muito orgulho de você. Cale essa boca! Você precisa cortar esse cabelo.

/..../

Ganhou agora mesmo e já acabou de quebrar. Que é que você vai querer no dia de seus anos? Agora não, que eu tenho o que fazer. Não fique triste não, depois mamãe dá outro. Você teve saudades de mim? Vou contar só mais uma, que está na hora de dormir. Agora dorme, filhinho. Dê um beijo aqui – Papai do Céu lhe abençoe. Este menino, meu Deus.

Fonte: fernando Sabino. *A Mulher do Vizinho*

O que se defende é que o processo de textualização se dá **também** no plano da **enunciação**, mas não se pode prescindir das formas. Portanto, se já não nos situamos mais na perspectiva que via o texto como uma “*seqüência de frases coesas*” bem-formada e governada por regras, também não nos situamos numa posição que elimina o aspecto formal (virtual) considerando-o irrelevante no processamento textual.

5. Texto como realidade e virtualidade

Para esclarecer a posição teórica sugerida até aqui, sirvo-me de um ensaio de Beaugrande (2000) que deverá aparacer na revista **Text**. O autor lembra que ele próprio e outros lingüistas de texto postularam por muitos anos que as relações entre a língua e o texto se dariam entre um “*sistema virtual e um sistema real*” (p. 5). Ocorre, porém, que os textos apoiam-se de modo crucial em “aspectos sistêmicos virtuais”, pois a questão é que “virtualidade’ não se acha isolada de ‘realidade’, quando operamos com textos concretos” (p. 6). Em outros termos, “*os textos sempre retém alguns aspectos de sua virtualidade na medida em que a linguagem está sendo usada*” (p. 6, grifos do autor), fato este que permite a Beaugrande propor que “o ‘texto’ não é justamente uma unidade da ‘fala real’ (parole, performance etc.) no sentido de Saussure e Chomsky, mas é, antes, uma *unidade que realmente liga a língua à fala*” (p. 6, grifos do autor).

Prova disso seria o fato de vários leitores poderem interpretar o mesmo evento textual de modos diversos ou o mesmo leitor ter compreensões diversas do mesmo evento textual em tempos diversos. Assim, o texto tem um certo caráter de virtualidade e não se pode assegurar que, uma vez realizado como evento concreto, tenha cristalizado uma determinada ordem lingüística ou interpretativa. As articulações – sejam as formais ou as cognitivas - fazem-se sempre em condições diversas para cada acesso e cada leitura é, de certa maneira, “única”.

Em conseqüência, para Beaugrande (2000:6), “a produção e a recepção de um texto devem ser *transições complementares* entre um *modo mais aberto* e um *modo mais fechado* de *ordem sistêmica* e estes dois modos devem determinar um ao outro numa *dialética contínua*” (grifos do autor). A conclusão é a de que, ao contrário do que Saussure e Chomsky pensam, esses dois modos acham-se muito mais próximos, sendo a ordem da língua mais fechada e a ordem do texto mais aberta.

Caberia à LT atual, como tarefa, “desenvolver modelos de como um modo de ordem *sustenta* e *sintoniza* o outro”. Quanto a isso, para Beaugrande, poderíamos postular uma espécie de ciclo em que, observando o que os produtores e receptores de texto fazem, nota-se que “a língua ‘atualiza’ para sustentar e sintonizar os textos, enquanto os textos ‘virtualizam’ para sustentar e sintonizar a língua” (p. 6).

Aponta Beaugrande (p.7) dois problemas neste “ciclo” por ele denominado de “*realizar-para-virtualizar*”. Primeiro, a experiência lingüística individual, mesmo daqueles que leram ou escreveram muito, será sempre limitada a uma parte da experiência de sua comunidade lingüística; segundo, o conhecimento virtual da língua nunca convergirá totalmente com o conjunto de atualizações reais dos textos, de modo que somos relegados a um constante aprendizado pela vida afora. A questão é: “se língua e texto, ou se virtual e real, são tão estreitamente interconectados sem nunca convergirem, como são sustentadas suas conexões?” (p.8) A resposta do autor é a de que podemos estipular que “*a língua é um conjunto de textos; cada texto é um membro do conjunto*” (p. 8).

Tentativamente, Beaugrande (2000:10) define a língua como “*uma teoria geral do conhecimento e da experiência humana envolvida numa relação dialética com textos como um conjunto de práticas para realizar a teoria*”, o que implica que todos os indivíduos numa dada língua estão envolvidos na teoria e prática da língua e do texto. Em suma:

“Seguramente, uma língua é um tipo altamente único de teoria. Ela não pode ser efetivamente testada e verificada ou falseada na maneira familiar de uma ‘teoria científica’ porque ela parcialmente *constitui* o que ela *postula*. Não podemos *sair* da língua de modo a falar sobre ela sem implicar nós mesmos nela. Isto poderia parecer uma aspiração de projetos de ‘formalizar’ a língua, mas eles simplesmente acabam por repor um ‘semi-sistema’ cujas relações com a língua real apresentam problemas cada vez mais complexos.” (p-10)

Observações finais

Em conseqüência das posições aqui expostas, ao tomarmos o texto como evento, tornam-se relevantes de modo especial as **relações globais** que interferem tanto na produção como na compreensão textual. Além disso, não se torna necessário que um texto exiba relações imediatas entre os seus constituintes menores de forma linear, já que este não é um requisito básico do processamento. Também parece importante que os planos de articulação textual envolvem elementos que são formais e elementos que são discursivos no sentido de não serem estritamente lingüísticos. Entre estes últimos poderíamos situar particularmente o **gênero textual** com um fator que hoje é visto como um macro-instrumento (cf. Schneuwly, 1994 e Bronckart, 1999) da organização textual (tanto na produção como na recepção).

Esses aspectos fazem com que não nos voltemos de modo tão acentuado para as conexões específicas em si mesmas (especialmente as sintáticas), mas sim para as motivações dessas conexões e as formas de realização mais adequadas (expressas particularmente pela seleção léxica) para permitir o acesso e assim produzir os efeitos de sentido pretendidos. Neste caso, muitos são os estudos que estão por ser feitos, de modo especial aqueles que dizem respeito à relação entre linguagem, cultura e cognição, um tripé ainda resistente no quesito “articulação”, sob o ponto de vista de nossa compreensão do fenômeno textual-discursivo, já que, enquanto fato, esta relação é um dado vivido a cada momento por todos nós. Caso isto não fosse assim, nada do que está acontecendo nesta sala neste momento seria compreensível.

Fontes de referência:

- BEAUGRANDE, Robert de. 1980. *Text, Discourse and Process*. Norwood, NJ. Ablex.
- BEAUGRANDE, Robert de & Wolfgang DRESSLER. 1981. *Introduction to Text Linguistics*. London, Longman.
- BEAUGRANDE, Robert de. 1997a. *New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society*. Norwood, New Jersey, Ablex.
- BEAUGRANDE, Robert de. 1997b. Textlinguistik: Zu neuen Ufern? In: Antos, GERD & Heike TIETZ. (Hrsg.). *Die Zukunft der Textlinguistik. Traditionen, Transformationen, Trends*. Tübingen: Niemeyer, pp. 1-12.

- BEAUGRANDE, Robert de. 2000. Text linguistics at the millennium: Corpus data and missing links. A sair em *Text*, 20: 2000. (tiposcrito com 30 páginas). Obtido in. <http://beaugrande.bizland.com/>
- BRONCKART, Jean-Paul. 1999. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo, EDUC-PUC/SP.
- CHOMSKY, Noam. 2000. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DRESSLER, Wolfgang. 1973. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen, Niemeyer.
- KOCH, Ingedore Villaça. 1989. *A Coesão Textual*. São Paulo, Contexto.
- KOCH, Ingedore V. 1992. *A Inter-Ação pela Linguagem*. São Paulo, Contexto.
- KOCH, Ingedore V. 1997. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo, Contexto.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. 1983. *Linguística d texto: o que é e como se faz*. Recife, PG em Letras da UFPE.
- SCHNEUWLY, Bernard. 1994. Genres et types de duscours: considérations psychologiques et ontologiques. In: Y. REUTER (Ed.). *Les interactions lecture-écriture*. Berne, Peter Lang, pp. 155-173.